

Os números da Unesp: Dúvidas que permanecem

E agora, senhores(as) diretores(as)? E agora, Sr. Reitor?

Nosso movimento iniciou-se quando, diante de uma inflação que beira os 10%, a USP e a Unicamp tiveram seus salários reajustados em míseros 3% e os servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp tiveram reajuste zero, com a promessa do reitor de pagamento deste índice “quando puder”, ou seja, em algum futuro em que ele decida que a Unesp poderá arcar com essa despesa.

Sabemos que a Unesp sofre o impacto da crise de financiamento anunciada há décadas pelas entidades sindicais. Mas quase nada se ouviu dos reitores nestes últimos anos sobre isso. No entanto, especialmente a partir do ano passado, passaram a expor uma situação caótica nas finanças das universidades e a buscar “soluções” práticas para contornar os problemas de caixa: arrocho salarial, carreiras dos servidores técnico-administrativos e docentes suspensas, não contratação de servidores nem em casos de morte, aposentadoria ou demissão. Congelamento de recursos para graduação, custeio das unidades e permanência estudantil. Ou seja, o desejo é que, nós, trabalhadores e estudantes, paguemos o ônus da crise.

Sabemos que, como tudo na vida, a definição de onde “cortar” é política e atende a um projeto de universidade. É por isso que, em inúmeras oportunidades, o Sintunesp defendeu um debate amplo, transparente e democrático sobre os recursos da Universidade, para que a comunidade discuta quais devem ser as prioridades.

Nos últimos meses, membros do Sintunesp têm procurado compreender melhor os números que são tornados públicos pela Administração da Universidade. No dia 21/9, em ofício conjunto com a Adunesp, foi solicitado à Reitoria que esclarecesse algumas questões relativas às informações extraídas do *site* da Secretaria de Estado da Fazenda, referentes à prestação de contas da Unesp (nos itens “Fundos de Investimento Financeiro” e “Outras receitas não discriminadas do Estado”).

No dia 22/9, por meio do Ofício 23/2016, o Assessor Chefe da APE, Rogério Buccelli, forneceu

as respostas solicitadas. A seguir, você vê os itens respondidos por Buccelli e as considerações feitas pelo Sintunesp:

(Resposta da APE)

Os valores que constam na subalínea 13250101 – Fundo de Investimento Financeiro FIF : posição na data de hoje, R\$ 124.204.156,72. São recursos de aplicação financeira para pagamento do décimo terceiro salário, na sua maior parte.

(Considerações do Sintunesp)

Se dividirmos R\$ 124.204.156,72 em 9 meses, significa aproximadamente R\$13.700.000,00 ao mês, de juros de aplicação. Se considerarmos uma taxa de 15% de juros ao ano, ou 1,25% ao mês, precisaríamos ter aproximadamente R\$ 1.100.000.000,00 aplicados.

Outra questão é que esses montantes, segundo a APE, são destinados ao pagamento do 13º salário, na sua maior parte. Se já há esse valor guardado, por que insistem em dizer que vão precisar tirar R\$ 170.000.000,00 do saldo financeiro para esse fim? Segundo informação da própria Unesp, o saldo financeiro hoje é de, aproximadamente, R\$ 470.000.000,00.

.....

(Resposta da APE)

Os valores que constam na subalínea 19909901 – Outras receitas não discriminadas do Estado: posição na data de hoje, R\$ 147.303.285,52. São recursos próprios das unidades universitárias, na sua maior parte receita diferida de 2015 que ao longo do ano serão realocadas nas subalíneas específicas, conforme sua utilização. O valor total do diferimento (documento anexo) foi de R\$ 128.366.140,00. Constam nesta subalínea, também, as receitas arrecadadas do UNESP-Saúde e UNESP-Odonto (R\$ 90 milhões previstos).



(Considerações do Sintunesp)

Os R\$ 147.303.285,52 são distribuídos em: Recursos próprios das unidades, receita diferida de 2015 e receitas arrecadadas pelo UNESP-Saúde e UNESP-Odonto.

A receita diferida é receita própria da UNESP ou das Unidades Universitárias da UNESP, como havia dito o assessor da APE? Se os R\$ 128.366.140,00 forem apenas das Unidades, significa que estas têm receita própria maior que o seu custeio (receita de custeio prevista no orçamento 2016 para às unidades = 110.000.000,00).

Se a receita diferida de 2015 foi de R\$ 128.366.140,00, sobram menos de R\$ 20.000.000,00 (20 milhões) para os outros dois itens. Como a previsão de arrecadação do UNESP-Saúde e UNESP-Odonto é de R\$ 90.000.000,00 para o ano, teremos que arrecadar em 3 meses cerca de R\$ 70.000.000,00 para cumprir o previsto? O que nos leva a alguns questionamentos: O UNESP-Saúde não está arrecadando o suficiente? Ou constar o UNESP-Saúde no orçamento da UNESP é apenas para ter dotação?

(Resposta da APE)

Os valores de convênios estão consignados na: sublínea 13250106 – Outras aplicações financeiras; 17619901 – Outras transferências de convênios da União; 24719901 – Outras transferências de convênios da União (receita de capital).

(Considerações do Sintunesp)

Não foi feito nenhum questionamento a respeito dessas sublíneas, até por que, como disse o assessor da APE, “não podemos usar verba de convênio para pagar salário”.

(Resposta da APE)

Algumas sublíneas com valores expressivos: 16009901 – Outros serviços do estado: posição de hoje, R\$ 6.395.606,53 (receita das unidades universitárias e TCDU-5%); 17300101 – Doações de Instituições Diversas ao Estado: posição de hoje, R\$ 7.384.597,63 (Convênio UNESP/Vunesp e Termo de Cooperação UNESP/Santander).

(Considerações do Sintunesp)

Não foi feito nenhum questionamento a respeito dessas sublíneas, mas é interessante saber que a receita das Unidades Universitárias gira em torno de R\$ 6 milhões e que o repassado pela Vunesp está em torno de R\$ 7 milhões.

(Resposta da APE)

Sobre o significado do termo receita diferida: Na contabilidade pública é denominada receita diferida, aquela receita própria arrecadada em um determinado ano, mas não utilizada do ponto de vista financeiro. Portanto, para ser utilizada no ano subsequente, é necessário solicitar o retorno do diferimento (documento anexo).

(Considerações do Sintunesp)

Pelo que entendemos, o total do diferimento citado (R\$ 128.366.140,00) não diz respeito apenas às Unidades Universitárias, que seria de cerca de 5% deste montante; o restante é receita própria da Reitoria.

Mas, como esse é nosso entendimento e a APE está dizendo o contrário, gostaríamos de saber dos gestores se é isso mesmo? Vários diretores, em sua grande maioria, têm reclamado da falta de recursos. E então, senhores(as), como se explica este montante acumulado de receitas diferidas? Podemos usá-los para a reposição salarial?

Com a palavra, o Sr. Reitor e os/as senhores(as) diretores(as)!!!